

Uma imagem sobre o Massacre de Uruaçu (Rio Grande, 1645)

Úrsula Andréa de Araújo Silva
Discente do Curso de História - UFRN
uaasilva@yahoo.com.br

Resumo

Focaliza os acontecimentos desenrolados no Rio Grande. Nossa atenção está voltada para a violência dos conflitos narrados nas crônicas. Apresentamos uma breve análise discursiva do panfleto “Breve, verdadeira autêntica Relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande” de Lopo Curado Garro no qual descreve os horrores de um massacre a apenas 20 dias do ocorrido. Este trabalho é fruto de uma pesquisa que vem se desenvolvendo há um ano, enfocando o estudo da identidade do Rio Grande do Norte a partir de crônicas coloniais. Para este trabalho, especificamente, temos voltado as atenções para a temática da guerra nesse território durante o período conhecido como holandês.

Palavras-chave

Uruaçu – Domínio holandês – História Colonial

Como parte integrante de uma pesquisa do Departamento de História da UFRN, orientado pela professora Doutora Maria Emília Monteiro Porto intitulado “Discursos Coloniais sobre o Rio Grande” desenvolvemos um trabalho temático sobre a guerra no Brasil Holandês focalizando os acontecimentos desenrolados no Rio Grande.

Nossa atenção está voltada para a violência dos conflitos narrados nas crônicas. Apresentamos uma breve análise discursiva do panfleto “Breve, verdadeira autêntica Relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande” de Lopo Curado Garro no qual descreve os horrores de um massacre a apenas 20 dias do ocorrido.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que vem se desenvolvendo há um ano, enfocando o estudo da identidade do Rio Grande do Norte a partir de crônicas coloniais. Para este trabalho, especificamente, temos voltado as atenções para a temática da guerra nesse território durante o período conhecido como holandês.

Ao analisarmos discursos precisamos controlar, ao menos minimamente, alguns conceitos que se fazem necessários à compreensão do universo de produção dos mesmos. Assim, perguntas triviais circundam nosso estudo¹, tais como: Quais as intenções desse discurso? Quem o produziu? Por que o fez de tal maneira? Quais as interdições que permearam sua produção? Qual tratamento lhe foi dado ao longo do tempo? Qual a sua importância na sua época e hoje? Essas são algumas das questões que tentamos responder.

Aqui trataremos apenas de dois conceitos: Representações e Identidade Regional. Falemos um pouco deles antes de passarmos à carta de Lopo Curado Garro.

Representações

Para se trabalhar com é preciso ter claro sua ligação ao inconsciente coletivo, o que seria algo próximo à Ideologia, porém divergente por não ser formulado conscientemente.

De acordo com Veyne o inconsciente é composto por “mecanismos mentais da educação que escapam ao cogito, que só conhece seus efeitos, sendo “a consciência a menor parte da psique”ⁱⁱ. Sobre coletivo ele explana que um evento não pode ser entendido levando em consideração somente contribuições individuais e ainda que estas se somem não poderão jamais reconstruir fielmente o real. Até mesmo a noção de indivíduo é problematizada, já que cada pessoa é o produto de uma série de influências, “nunca o encontramos em estado natural”ⁱⁱⁱ.

A conceituação é difícil até mesmo entre os seus estudiosos, talvez por estarem bastante envolvidos com as questões da Memória Social, da Identidade e das Mentalidades produzidas ao longo do tempo e apropriada pelas gerações contemporâneas. Contudo eles tentam.

De acordo com Le Goff a

representação é tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade^{iv}.

Até os discursos sobre a realidade não são o real, mas sim uma representação que envolve filiações e afetividade. Acrescenta que

no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente^v.

Assim, Representação implica em um processo que relaciona imagens ou palavras e suas significações. Pesavento ainda coloca que a tentativa de “reconstituir o real é reimaginar o imaginado”^{vi} e questiona se nós historiadores poderíamos chegar a algo que não seja representação.

Portanto e dada a ligação entre mundo real e mundo representado não podemos dissociar a História Cultural da História Social, já que as representações são produzidas por seres que desempenham papéis sociais. Ele acrescenta que o discurso e a imagem podem servir como

instrumentos de constituição de poder e transformadores da realidade e conclui que o imaginário transforma o real e dá sentido ao mundo^{vii}.

Para Chartier^{viii} o mundo é uma representação produzida pelos indivíduos de uma determinada época. Isso é o que nós os historiadores tomamos como a verdade, já que trabalhamos com as produções humanas sejam escritas ou orais, verdadeiras ou falsas. Para efetuarmos nosso trabalho precisamos tão somente do vestígio ou documento, pois ainda que tentemos nunca poderemos chegar a uma noção neutra do evento, dado que a sua produção envolve homens com interesses e razões para produzir uma fonte (mesmo inconscientemente) de uma determinada forma.

Formação da identidade

No processo de construção da Identidade equacionam-se sujeitos e dinâmica, seja espontânea ou direcionada. História e Memória são as bases da Identidade. A memória preserva e retém o tempo, salvando-o do esquecimento e da perda.

Neves esclarece que a Memória Social ou Histórica “é fixada por uma sociedade através de mitos fundadores, de relatos, registros, depoimentos, testemunhos”^{ix}. Para ela, o historiador deve estimular e contribuir para o registro permanente da Memória Histórica por ela exercer uma função social e o profissional que se dedica à produção de fontes orais, defesa da preservação documental e do patrimônio cultural investe na memória estimulada, retirando o seu caráter espontâneo e convertendo-a em fonte de produção intelectual. Contudo, o historiador não se caracteriza como um produtor de memória.

Para Pierre Nora não existe memória espontânea e a manutenção dos lugares de memória traduz a busca do homem pela eternidade e da Identidade Social e são também seus esteios^x. Sendo assim, a História traz à tona as lembranças registradas pela Memória e ordena os vestígios procurando dar sentido aos acontecimentos.

A História fertiliza a Memória e contribui para o processo de busca da Identidade. Por outro lado, a História regula a memória e destrói sua espontaneidade, ela ainda pode produzir memórias oficiais e /ou dirigidas. Porém, apesar dos antagonismos elas se complementam para construir a Identidade.

Para ilustrar essa questão tomemos o artigo de Porto^{xi} que trata especificamente sobre a Identidade Regional do Rio Grande do Norte. Ela introduz uma noção bastante interessante acerca dessa questão ao se referir à construção da identidade como o “encontro de memórias representadas pelos indivíduos e discursos historiográficos”.^{xii} A memória se manifesta no presente evocando uma lembrança do passado e por isso se constitui como trânsito entre aparição e ocultamento, mas não permite uma categoria temporal.

Para se referir a um espaço concreto com uma determinada História é necessário estar atento à historicidade e resgatá-la, dado que a identidade se constrói a partir da História que ao longo do tempo vem sendo contada por quem a escreve e vive.

Porto se apoiou nas crônicas coloniais para estudar a identidade norte-rio-grandense e verifica que a sua condição de fronteira foi muito relevante para a sua construção. O Rio Grande do Norte está localizado no litoral, isso criou a necessidade de defesa contra as incursões estrangeiras, o que nem sempre teve um resultado positivo. Várias foram as nacionalidades que entraram em contato com os nativos desta capitania, ora pacificamente, ora belicamente. A decorrência disso foi o investimento na guerra em detrimento de investimentos econômicos. O engenho Cunhaú era o reduto econômico da capitania e núcleo populacional, porém sem grandes proporções.

Seu estudo está dividido em quatro partes. A primeira sobre o Espaço; a segunda sobre os Elementos Humanos; a terceira sobre os Séculos XVIII-XIX e a quarta sobre o Século XX.

A esse estudo interessa a segunda parte que se refere aos elementos humanos.

Para Porto “foi (só) no segundo período do processo de colonização brasileira que o Rio Grande se integrou plenamente na historicidade colonial”^{xiii}. A autora verifica que apesar de alguns cronistas perceberem potencialidades econômicas na capitania, o que se sobrepõe é uma imagem de precariedade. Durante o Período Holandês vigorou uma política de isolamento determinada pelo poder central e apoiada pelo poder local.

Os Elementos Humanos – Índigenas e Colonos – foram relatados também pelos cronistas, sobretudo os índios por se tratar de seres que processavam outra fé, outra cultura. Podemos apontar Rouloux Baro^{xiv} como um dos representantes que produziram sobre essa temática.

De acordo com a autora a resistência à ocupação holandesa se deveu à composição moral do colono, mesclando-se elementos espiritual e moral. Para ela esse episódio poderia ser o gerador da Identidade do século XVII da capitania, porém permaneceu como algo alheio aos seus habitantes. Um traço heróico e propagandístico para a Igreja Católica foi representado pela série de massacres promovida pelos holandeses aliados aos índios.

Segundo a autora “O período de ocupação holandesa ofereceu grandes temas para a produção historiográfica e mantém relações com a condição de fronteira e a questão indígena. Manteve-se uma imagem de precariedade material e espiritual para o Rio Grande.”^{xv}

É na década de 1980 que a questão indígena passa a ter outro tratamento, o que determina a destruição dessa Identidade para o Rio Grande do Norte. Contudo, mantêm-se a figura de representante dos vencidos.

Ela conclui que

As referências iniciais sobre a conquista e colonização da Capitania do Rio Grande são interiorizadas ao longo de um processo histórico materializado na maioria das vezes pela historiografia difundida nos livros didáticos. Porto de corsários, litoral de perigosas correntes marítimas, visitado por navegantes espanhóis e donataria inconquistada pelo

cronista e historiador do Império português, evocam imagens poéticas de naufragos, de um suposto passado e de um potencial épico irrealizado, apresentando-se como metáfora do trânsito entre recordação e esquecimento. É em torno a esse processo que se vem configurando a identidade histórica do Rio Grande, como resultado de uma experiência com os grandes temas oferecidos em sua história, desfazendo-se, no entanto, de mitos fundadores e engrandecedores, e buscando em meio a todos os discursos, sua particularidade^{xvi}.

Imagem sobre o massacre

O período holandês foi caracterizado por intensos conflitos. No Rio Grande dois eventos marcaram fortemente a memória e a história local: os massacres de Cunhaú e Uruçu. Esses eventos têm sido explorados recentemente pela Igreja local em prol da beatificação e canonização dos mortos brancos no episódio que tomou proporções grandiosas.

Pela violência com que se dava a ocupação holandesa criou-se uma imagem bastante negativa e até mesmo mística dos batavos no Rio Grande.

Passemos a analisar alguns pontos do panfleto de Lopo Curado Garro sobre os massacres.

Em particular aviso a Vossas Senhorias do memorável sucesso do Rio Grande, depois das duas matanças que fizeram os tiranos Flamengos, acompanhados de bárbaros Tapuias e Pitiguares...^{xvii}

Assim foi iniciado o panfleto que se destinou a relatar e/ou descrever os sofrimentos passados pela população. Nele ainda constam a descrição do fato, a resistência oferecida pelos moradores, as armas utilizadas, os mártires, os algozes, os saques e a sucessão de milagres.

Os nomes dos mártires que constam na lista só faz menção aos mortos brancos e coloca os indígenas como verdadeiros bárbaros, mentores e executores do ato violento. Será que podemos atribuir somente a eles a responsabilidade do ocorrido? Será que esse evento não era comum em tempos de guerra? Quem é beneficiado com a propagação desse discurso?

Sabemos que pelo fato da sociedade naquela época ter uma visão providencialista da História, os fatos são atribuídos à vontade divina ou a castigos pelos pecados. No caso que estudamos Deus aparece como forma de socorro para aqueles inocentes que perderam sua vida por uma causa maior: a fé católica. Os índios eram selvagens, bárbaros e os holandeses, hereges, protestantes, assim, como bons católicos, tementes e fieis a Deus preferiram abrir mão de suas vidas para não negar a sua fé e padecer nas mãos daqueles hereges.

Para o cronista esses eventos, e principalmente o segundo, devem servir como exemplo, pois o sangue dos inocentes clama pela justiça divina e intervenção ou vingança dos príncipes.

Que a Cristandade veja que mais vale passar por todos os tormentos da morte, que viver morrendo entre o nome de tal gente.

Muitos são os sofrimentos que o cronista narra: bofetadas, coices, ameaças, torturas corporais. Apesar de todo sofrimento descrito, os moradores que tentavam a resistência não se entregaram e, por isso, foram mortos. Ali mesmo foram atribuídos acontecimentos extraordinários a eles:

...para que ouvissem a música que ia no Céu, o qual caso testificou a sobredita (esposa de um flamengo); certo pressagio que foram os Anjos que acompanhavam as almas destes mártires para o Céu. [...] E sabe-se que durante o tempo que estavam cercados houve extraordinárias penitências, e até os meninos as faziam, sendo todos nus, e com cordas cingidas, e todo os dias se faziam, procissões com um santo Crucifixo, esperanças claras destas almas estarem gozando da bem-aventurança. Sobre a sepultura aonde foi enterrado o P. Vigário Ambrósio Francisco Ferro se achou quinze dias depois da sua morte uma posta de sangue fresca sem corrupção, como se naquela hora fosse derramado, mostras bastantes, que o tal brada ao Céu justiça.^{xviii}

Ele termina a carta pedindo desculpas pela extensão da mesma e prevendo que várias outras narrativas virão a conhecimento, pois Deus manda “e permite que sejam públicas as maldades destes tiranos.”^{xix}

Fontes

Lopo Curado Garro. (1929) “Breve, verdadeira autêntica Relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande”, 23 Outubro 1645, RJ, Publicações do Arquivo Nacional. In: Fr. Manuel Calado (1942) **O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade** 1584-1654, Recife, Cooperativa Editora de Cultura Intelectual, 2 vol.

Bibliografia

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola. 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Em busca de uma outra História. Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 15, n. 29. 1995.

PORTO, Maria Emília Monteiro. Maria Emília Monteiro. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte. In: BAUCHWITZ, Oscar Federico. **Café Filosófico**.

VEYNE, Paul. A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). **História**. Novos Problemas.

Notas

ⁱ Foucault, Michel. **A ordem do discurso**.

ⁱⁱ VEYNE, Paul. A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). **História**. Novos Problemas. p. 75.

ⁱⁱⁱ Ibid.

-
- ^{iv} LE GOFF *apud* PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra História**. Imaginando o Imaginário. p. 15.
- ^v PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História. Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 15, n. 29. 1995. p. 15.
- ^{vi} *Ibid.* p. 17.
- ^{vii} CHARTIER, Roger *apud* PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História. Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 15, n. 29. 1995. p. 18.
- ^{viii} CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- ^{ix} *Ibid.* p. 1063.
- ^x Pierre Nora *apud* NEVES. Lucília de Almeida. Memória e História: Substratos da Identidade. **Simpósio Nacional da ANPUH**. História: Fronteiras. ANPUH, São Paulo, Humanitas, 1999. p. 1063.
- ^{xi} PORTO, Maria Emília Monteiro. Maria Emília Monteiro. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte. In: BAUCHWITZ, Oscar Frederico. **Café Filosófico**.
- ^{xii} *Ibid.* p. 113.
- ^{xiii} PORTO. Maria Emília Monteiro. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte. In: BAUCHWITZ, Oscar Frederico. **Café Filosófico**. p. 117.
- ^{xiv} BARO, Roulox. (1979). **Relação da viagem ao país dos Tapuias (1647)**, SP/BH, Itatiaia. *apud* PORTO. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte. p. 119.
- ^{xv} PORTO. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte. p. 125.
- ^{xvi} PORTO. Maria Emília Monteiro. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte. In: BAUCHWITZ, Oscar Frederico. **Café Filosófico**. p. 127.
- ^{xvii} Lopo Curado Garro. (1929) “Breve, verdadeira autêntica Relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande”, 23 Outubro 1645, RJ, Publicações do Arquivo Nacional. In: Fr. Manuel Calado (1942) **O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade 1584-1654**, Recife, Cooperativa Editora de Cultura Intelectual, 2 vol. p. 126.
- ^{xviii} Lopo Curado Garro. (1929) “Breve, verdadeira autêntica Relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande”, 23 Outubro 1645, RJ, Publicações do Arquivo Nacional. In: Fr. Manuel Calado (1942) **O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade 1584-1654**, Recife, Cooperativa Editora de Cultura Intelectual, 2 vol. p. 129-130.
- ^{xix} *Ibid.* p. 130.